



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS BAGÉ

Luana Lucas Alves

**UTOPIA E REALIDADE: ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA “VILA DA LATA” DE ACEGUÁ/RS**

Luana Lucas Alves

**UTOPIA E REALIDADE: ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA “VILA DA LATA” DE ACEGUÁ/RS**

Trabalho de conclusão do curso para obtenção
da graduação em Licenciatura em Letras –
Habilitação Português e Respectivas
Literaturas da Universidade Federal do Pampa.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

BAGÉ

2014

LUANA LUCAS ALVES

**UTOPIA E REALIDADE: ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA “VILA DA LATA” DE ACEGUÁ/RS**

Trabalho de conclusão do curso para obtenção
da graduação em Licenciatura em Letras –
Habilitação Português e Respectivas
Literaturas da Universidade Federal do Pampa.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

Monografia defendida e aprovada em 26 de janeiro de 2015.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Dr. Zila Letícia Goulart Pereira Rêgo

UNIPAMPA

Prof. Dr. Vera Lucia Medeiros

UNIPAMPA

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, à Deus, por Ele ter me dado a força e a coragem necessárias para chegar até aqui. Por estar ao meu lado a cada dificuldade encontrada, perda, problemas de saúde, mostrando sempre a melhor solução e guiando para o melhor caminho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica, pelo interesse e disponibilidade em me orientar, e, principalmente por me incentivar na pesquisa do tema escolhido, acreditando na importância das políticas públicas educacionais para povos menos favorecidos.

À minha chefe e a empresa na qual trabalho, que me possibilitaram um maior convívio com a comunidade durante o tempo da pesquisa. E, em especial, a cada pessoa dessa comunidade que me acolheu e ensinou muito, contribuindo com o trabalho.

A todos os colegas que, assim como eu, sabem a difícil tarefa que é trabalhar e estudar ao mesmo tempo, auxiliando quando preciso. Em especial, à colega Anelise Silveira, com quem sempre pude contar ao longo do curso.

Aos meus pais pela educação que me deram e por sempre me fazerem enxergar além do mundo que me rodeava, incentivando para que eu desse o meu melhor e buscasse contribuir com às pessoas à minha volta, o que me motivou a escolha do tema deste trabalho.

Aos meus familiares e amigos em geral que souberam entender as minhas ausências, sempre incentivando e orando por mim. E, por último, mas não menos importante, meu namorado que esteve presente durante a fase de conclusão do trabalho, apoiando e colaborando para isso!

Muito Obrigada!

RESUMO

O presente trabalho pesquisa a realidade educacional da comunidade quilombola Vila da Lata, localizada no município de Aceguá/RS, para compreender os motivos que a distanciam ou impedem de acessar as políticas públicas educacionais existentes. O texto discorre sobre o histórico das políticas públicas educacionais no Brasil e sua importância para públicos menos favorecidos. O desenvolvimento desta pesquisa busca também promover um processo reflexivo sobre a importância de políticas públicas eficientes pensadas/realizadas pelo poder público, sobre as causas da desigualdade que mantém essa comunidade excluída e sobre qual o real valor das políticas públicas compensatórias, sejam elas sociais e/ou educacionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Comunidades Quilombolas; Comunidade Vila da Lata.

ABSTRACT

This study research the educational reality in the quilombola community named Vila da Lata, located in Aceguá-RS, to try to comprehend the reasons that distance or prevent the access to the current educational public policies. The text discusses about the history of educational public policies in Brazil and its necessity for the disadvantage public. The development of this research also aims to promote a reflexive process about the importance of the efficient public policies thought/held by the government, about the causes of the inequality that maintain this community excluded and what is the real value of the compensatory public policies, whether social and/or educational.

Keywords: Educationpublic policies; Quilombolas communities; Vila da Lata community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Rua onde se localiza a Vila da Lata	19
Figura 2 – Uma das casas da comunidade	21
Figura 3 – Casa construída no ano de 2014 através do Programa Minha Casa Minha Vida	22
Figura 4 – Escola Municipal princesa Isabel que foi desativada	23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Grau de escolaridade dos jovens da comunidade.....	24
Gráfico2 – Importância do estudo para a vida deles.....	25
Gráfico 3 – Aspirações para o futuro.....	25
Gráfico 4 – Intensão de permacer ou não na comunidade.....	26
Gráfico 5 –Motivos que levaram os jovens a abandonarem a escola.....	27
Gráfico 6 – Conhecimento por parte dos Jovens a respeito da existência da modalidadeEJA (Educação de Jovens e Adultos)	27
Gráfico 7 –Conhecimento por parte dos Jovens a respeito da existência do Sistema de Cotas.....	28
Gráfico 8 – Conhecimento por parte dos Jovens a respeito da existência do PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Programa de Financiamento Estudantil).....	28
Gráfico 9 – Acesso ao computador.....	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MATERIAIS E MÉTODOS	10
3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	
3.1 Histórico das políticas públicas educacionais no Brasil	12
3.2 Necessidade de políticas públicas para os Negros.....	14
4 A PRESENÇA NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL	
4.1 Trajetória de ausências e exclusão	16
5 HISTÓRICO DA COMUNIDADE	
5.1 Formação da Vila da Lata	19
5.2 Realidade educacional vivenciada na Vila da Lata	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31
ANEXOS	33

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o intuito de analisar a realidade educacional vivida pela comunidade quilombola Vila da Lata e busca compreender seu distanciamento das políticas públicas educacionais existentes.

Como sabemos, os ex-escravos foram lançados na sociedade sem qualquer assistência ou garantia de sobrevivência. E também, sem dispor de meios materiais ou morais para sua inserção na economia em formação, pois não tinham nenhuma preparação para o novo regime de organização da vida e do trabalho.

Na época, acreditava-se que com o crescimento das cidades, do processo de desenvolvimento econômico e da expansão da indústria, criar-se-iam perspectivas de ascensão para os negros e os mesmos se profissionalizariam, sendo incorporados à massa dos trabalhadores livres, experimentando a ascensão social no país e ocupando as mesmas funções dos brancos. Porém, não foi exatamente o que aconteceu. Mais de um século se passou e, apesar das muitas lutas e conquistas dos negros, não atingiram o patamar de igualdade idealizado, pois as desigualdades sociais e econômicas entre negros e brancos não se alteraram como deveriam.

Reverter este quadro vai muito além de um simples esforço pessoal de superação. Ascender socialmente exige um esforço intelectual, emocional e econômico muito grande e, principalmente, políticas públicas eficientes que contribuam para isso. E quem não teve esse conjunto de fatores favoráveis para acessá-las? Será que a simples existência de políticas públicas educacionais são suficientes para interferir e contribuir para a ascensão do negro na sociedade? Será que todos, na história do Brasil, partiram do mesmo ponto?

Este trabalho se propõe a tentar responder essas questões através de uma comunidade quilombola chamada “Vila da Lata”, localizada no município de Aceguá/RS, situada a 30 km da sede da cidade, na qual vivem 13 famílias que sobrevivem basicamente de aposentadoria e prestação de serviço nas estâncias vizinhas como cozinheiro, domador, alambrador, etc. Em geral, as pessoas apresentam pouca escolaridade, sendo muitos analfabetos. Adentrando nesta comunidade, este trabalho visa analisar e compreender o processo de exclusão ao qual estão expostas essas famílias.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Sou extensionista social do escritório municipal da Emater/RS-ASCAR de Aceguá e, no ano de 2011, ao chegar no município, fui apresentada para a comunidade quilombola Vila da Lata. O contato com essa comunidade despertou em mim vários questionamentos, me assustou em alguns aspectos e ao mesmo encantou, por todas as peculiaridades apontadas ao longo do trabalho como moradias, condições de vida, etc.

A partir deste momento, meu trabalho enquanto extensionista de uma entidade considerada executora políticas públicas, ficou voltado para a busca de melhoria das condições de vida daquelas famílias através do seu acesso às políticas públicas existentes. Estão dentro da nossa linha de ação principalmente as políticas oriundas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Desenvolvimento Social. Por não contemplar a questão da educação, um dos principais pontos que me chamou a atenção na comunidade, resolvi, enquanto aluna do Curso de Letras da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, realizar meu trabalho de conclusão de curso com essa comunidade.

Essa pesquisa foi realizada, através de duas entrevistas semiestruturadas: uma com a família e a outra com cada um dos jovens. A primeira (anexo 1) foi realizada através de uma conversa com cada família em que se perguntava sobre o histórico das famílias e seu acesso a cidade, saúde, saneamento, educação, moradia, religião, seus hábitos e costumes, etc. Esta entrevista era respondida de forma oral e registrada pelo entrevistador na ficha e foi respondida por 8 famílias das 13 que residem na comunidade, pois foram priorizadas famílias nas quais tivessem jovens. Ao total vivem na comunidade 48 pessoas. A segunda entrevista (anexo 2) foi realizada com 8 jovens, de 14 a 29 anos, de um universo de 13 pessoas e foi realizada da mesma forma que a anterior.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

3.1 Histórico das políticas públicas educacionais no Brasil

No final do século XIX houveram impactantes e decisivas mudanças no Brasil. Segundo Saviani (2006),

(...) foram nas últimas décadas do século XIX que ocorreram as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais mais importantes e decisivas para o país, tais como: abolição da escravidão, a queda da monarquia, a Proclamação da República, as migrações, a separação da igreja e o Estado, ascensão do setor industrial e urbano, o surgimento de novas classes, novas ideias positivistas, cientificistas, evolucionistas entre outros.

Tânia Bacelar (2003), afirma que o Brasil nos anos 20 era um país rural e agrícola. O censo de 1920 revela que 30% da população brasileira vivia nas cidades e 70 %, no campo. Cinquenta anos depois ocorria o inverso – 70% nas cidades e 30% no campo. Em 1988 o Brasil já era o oitavo no PIB (Produto Interno Bruto) industrial no mundo. Isso causou uma mudança muito grande no perfil da sociedade e na economia que, em cinquenta ou sessenta anos, cresceu o que alguns países levaram século para fazer.

O Estado brasileiro nesse período, conforme Tânia Bacelar (2003), foi caracterizado por desenvolvimentista, conservador centralizador e autoritário e seu principal objetivo era consolidar o processo de industrialização sem pensar no bem-estar social. A essência das políticas públicas estava voltada para a promoção do crescimento econômico, acelerando assim o processo de industrialização.

Não havia nessa época o objetivo de proteção social ao conjunto da sociedade, somente o objetivo de crescimento econômico. O Estado assumiu uma postura de fazedor e não regulador, aquele que dialoga com a sociedade civil. Não temos até hoje a tradição de fazer isso, pois o viés autoritário é bastante forte nas políticas públicas do país.

Esse perfil autoritário e conservador remete a maneira como são pensadas as políticas sociais, que não conseguem atender a heterogeneidade real do Brasil. O tratamento homogêneo e a centralização fazem com que as propostas não promovam a participação da sociedade, principalmente quando se trata de políticas sociais como as de: saúde, educação, previdência, habitação, saneamento, etc. Os

fatores determinantes para o “sucesso” ou “fracasso” das políticas públicas são complexos e variados, além de exigirem um certo esforço de análise.

Políticas Públicas aqui são entendidas como um projeto de Estado implantado pelo governo através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Uma administração pública ciente de que sua função é atender a sociedade como um todo, sem privilegiar os interesses de grupos detentores do poder econômico, precisa eleger como prioritários programas de ação universalizantes, que atendam grupos e setores desfavorecidos, contribuindo para a reversão do desequilíbrio social.

As políticas públicas educacionais são ações do Estado que expressam intenções do governo em áreas específicas, como a educação básica e o ensino superior. Ela é regulamentada por decretos, leis, pareceres, resoluções, instruções normativas e recomendações; ou seja sua efetivação se dá por meio de ações do governo na área social, implementadas pelo Estado.

Um exemplo disso é o Programa Universidade Para Todos – PROUNI – que foi criado em 2005 com a finalidade de concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação nas instituições privadas de graduação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àqueles que aderirem ao programa.

O PROUNI (Programa Universidade para todos) reserva bolsas aos cidadãos portadores de deficiência e aos autodeclarados pretos, pardos e índios. O percentual de bolsas destinadas aos cotistas é igual àqueles cidadãos pretos, pardos e índios, por Unidade da Federação, segundo o último senso IBGE.

Outro exemplo são as cotas raciais, que são um modelo de ação afirmativa implantado para amenizar as desigualdades sociais, econômicas e educacionais entre raças. No Brasil, as universidades passaram a adotar tal medida em vestibulares e concursos no ano 2000. A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição de ensino no Brasil a adotar o sistema de cotas raciais e de lá pra cá o número só aumentou, estando presente na maioria das universidades federais.

E existe também o Programa de Financiamento Estudantil – FIES, que, segundo a Advocacia Geral da União, é destinado a financiar, prioritariamente, a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com

os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

Ao longo do trabalho se verificará o conhecimento, por parte da comunidade, a respeito da existência dessas políticas e seu acesso. Para tal verificação, utilizou-se o método de entrevistas, realizando uma amostragem no universo de 8 famílias, separados por dois tipos de questionário, um com as famílias no geral (anexo 1) e outro apenas englobando os jovens que estão na escola e fora da escola (anexo 2).

3.2 Necessidade de políticas públicas para os Negros

O papel das políticas públicas educacionais, diante das desigualdades existentes ao longo da história, é atuar no sentido de minimizar a exclusão a que as famílias negras foram submetidas por séculos, contribuindo para que o negro não seja apenas o peão, o domador, empregado, ou, com alguma sorte, o jogador de futebol, mas que consiga ocupar outros espaços na sociedade como dentistas, médicos, engenheiros, enfim, que assumam na sociedade papéis sociais que não sejam os da subserviência.

Ao contrário do que muitos pensam

É preciso ter claro que um olhar mais atento para os negros não significa beneficiar um segmento em detrimento de outro. Refere-se a tratar o desigual – já que é assim que o negro vem se constituindo historicamente -, como desigual, por um período de tempo, para que, no futuro, se possa de fato (e de direito) galgar a igualdade. (GARCIA, 2007, p.15)

Renísia Cristina Garcia (2005), alerta que um dos principais motivos que separam brancos e negros está relacionado à educação, conforme nos mostra este trecho:

Desde a educação jesuítica, a opção foi por uma educação livresca, importada e aistórica. A educação no sistema escravocrata com suas escolas de “primeiras letras”, diferenciadas por gêneros e disciplinas, não permitia a presença dos escravizados já que, por lei (art. 6º da constituição de 1824) era reservada aos cidadãos brasileiros. Com isso, coibia o ingresso dos escravizados que eram, em larga escala, africanos de nascimento. Apenas negros libertos provenientes de famílias de algum recurso ou “protegidos” por ex-senhores poderiam frequentá-las. (GARCIA, 2007, p.34)

Na segunda metade da década de 80 e durante a década de 90, período conhecido como a redemocratização do Brasil, os movimentos sociais, que nunca deixaram de atuar, ganharam mais visibilidade, passando a agir mais no sentido exigir uma postura ativa do poder público frente as demandas das minorias.

O Movimento Negro exigia a adoção de medidas específicas para solução de demandas que foram surgindo e se estendem até hoje.

É nesse sentido que o “mito da democracia racial”, forjado nos idos da década de 30, permanece no imaginário social brasileiro, embora, institucionalmente, esteja sendo mais combatido nos governos atuais. Atuação essa, não se pode deixar de registrar, resultado das pressões sistematicamente empreendidas desde os escravizados até o Movimento Negro organizado. (GARCIA, 2007. p. 38)

Apesar dos avanços ao longo da história, a desigualdade entre brancos e negros ainda existe, seja em relação ao acesso à educação em todos os níveis, seja no acesso ao trabalho considerando os anos de estudo, pois os negros, na maioria das vezes, se encontram em situação de desvantagem.

Conforme nos mostra o estudo realizado pelo Instituto Ethos (2003) sobre o perfil social e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil, a distribuição de brancos, negros, amarelos e indígenas nos diferentes níveis hierárquicos, tem a seguinte distribuição: *executivos* – brancos 96,5%, negros 1,8%, amarelos 1%, indígenas 0%; *gerência* - brancos 89,0%, negros 8,8%, amarelos 2,1%, indígenas 0,1%; *chefia* - brancos 84,2%, negros 13,5%, amarelos 2,2%; e *funcional* - brancos 74,6%, negros 23,4%, amarelos(as) 1,8% e indígenas 0,2%

O diálogo entre educação e etnia se faz necessária para democratizar a educação, que, enquanto direito social, precisa garantir o direito à diferença e a implementação de políticas públicas que superem as desigualdades sociais e raciais.

Explicações hegemônicas tem buscado como causa para esse desigualdade, apenas as disparidades sócio-econômicas, subentendendo-se que os afrodescendentes não alcançam outras posições pelo fato de serem pobres e não por serem negros. Contudo o combate à pobreza e a universalização da educação básica, não foram suficientes para diminuir a desigualdade entre essas raças na sociedade brasileira.

Jessé Souza (2009) reconhece que a condição de ex-escravo é que marca a desigualdade, mas afirma que vai além disso, conforme podemos ver neste trecho:

Ainda que a escravidão, sem dúvida, dificulte enormemente as condições de entrada no mercado capitalista dos ex-escravos, o verdadeiro problema é a inexistência de qualquer política ou consenso social no sentido de reverter esse quadro, como Joaquim Nabuco já denunciava há mais de 100 anos. Assim, não é a escravidão, mas o abandono secular de ex-escravos e de uma maioria de homens livres, tão sem eira nem beira quanto os próprios escravos e de qualquer cor de pele, à sua própria sorte ou, mais realisticamente, ao “próprio azar”, que é a verdadeira causa deste flagelo.

Diante do que foi exposto é importante refletir que, apesar dessa realidade, a sociedade ainda enxerga os programas de ações afirmativas e as políticas públicas como “privilégios” para as populações negras. Será que são privilégios ou direitos? Sem esquecer que direitos são garantias legais e constitucionais de acesso à educação, saúde, emprego em condições de igualdade, etc. Será que tudo isso são meros “privilégios”?

De acordo com alguns especialistas...

(...) uma das possíveis saídas para o fim das desigualdades educacionais do Brasil está em enfrentar as desigualdades raciais presentes no ambiente escolar, que estão expressas, em grande medida, no currículo escolar. Embora estejam presentes de modo relevante em nossa sociedade, como observamos em nosso cotidiano, a história e culturas negras tem pouco ou nenhum destaque nos currículos escolares brasileiros, que tem suas bases fixadas nas culturas de origem europeia. (COGO, Denise et. al. In: RS Negro: cartografias para a produção do conhecimento. Porto Alegre. Edi PUCRS, 2008)

Com a Lei Federal 10.639/03, abriram-se alguns caminhos pedagógicos para o combate ao preconceito racial, bem como alternativas de intervenção no currículo das escolas brasileiras. A partir desse momento foram criadas secretarias e órgãos governamentais, como a Coordenadoria das Políticas de Igualdade Racial no Rio Grande do Sul. Outro avanço significativo foi a formação continuada para educadores sobre a inclusão da cultura negra nas práticas pedagógicas das escolas, o que se traduz na quantidade de projetos e cursos existentes, em âmbito interno e externos das universidades, nas secretarias de educação e em ONGs (Organizações não Governamentais), coordenados em sua maioria por militantes e pesquisadores envolvidos com produção do conhecimento na área de relações raciais.

Apesar da homologação da Lei 10.639/03, a sua implementação é lenta, pois existem poucos livros didáticos que atendam o que está previsto na lei. Além do seu não cumprimento e omissão por parte dos setores públicos, que não criam mecanismos para a sua implementação efetiva. Outros fatores são a resistência por parte dos professores, diretoria e até mesmo gestores, que muitas vezes se mostram despreparados, indiferentes e até mesmo contrários à implementação da norma federal, o que contribui para a persistência da discriminação no âmbito escolar.

4 A PRESENÇA NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL

4.1 Trajetória de ausências e exclusão

Tradicionalmente caracterizados como escravos rebeldes, violentos, irracionais e ao mesmo tempo vítimas e submissos, como consta nos livros didáticos, os negros possuem uma outra história de resistência, aceitação e ao mesmo tempo negação do que lhes era oferecido. Segundo Garcia (2007), A trajetória dessas populações aparece na História do Brasil, fragmentada, deturpada e não contempla a complexidade das relações estabelecidas entre brancos e negros, do período escravista até a realidade.

Entre os séculos XVI e XVIII, ocorreu o tráfico escravista, que foi conhecido como diáspora africana, que significa deslocamento, normalmente forçado, de grandes massas populacionais originárias de um lugar para várias áreas distintas. Normalmente os sujeitos migram para outros lugares visando melhores condições de vida, porém por trás desse processo escondem-se diversos aspectos negativos como desenraizamento cultural, expulsão do lugar de moradia, perda da estrutura identitária e religiosa, exclusão social e dificuldade de inserção do sujeito.

Neste contexto é que entendemos a diáspora africana e sua influência direta nas mudanças das relações econômicas, sociais e políticas entre os continentes através da disseminação da presença dos negros e a importância que esse fato assumiu para as gerações futuras.

Precisar o número de africanos escravizados trazidos para o Brasil durante o tráfico negreiro não é possível, mas estima-se que cerca de cinco milhões de africanos foram obrigados a vir para o Brasil servir de mão de obra escrava. Os mercadores buscavam africanos de idade ativa, comprados e vendidos a partir de uma rigorosa seleção física. Durante a viagem, cerca de 40% dos escravos morriam nos porões dos navios, mesmo assim a viagem era sempre lucrativa para os mercadores.

No Brasil Colonial, os escravizadores criaram várias justificativas para defender a escravidão, dentre elas a de que o tráfico negreiro retiraria os africanos de um mundo bárbaro e sem civilização em que viviam, como se os negros não tivessem educação, religião e como se não fossem civilizados. Os escravizados empregaram seus trabalhos nas charqueadas do Rio Grande do Sul, nos ervais do Paraná, nos engenhos de açúcar e nas

plantações de algodão do Nordeste, na pecuária da Paraíba, nas atividades extrativas da Região Amazônica e na mineração de Goiás e Minas Gerais. E não apenas povoou como também criou pequenas comunidades rurais, os quilombos, em todo território nacional, dinamizando os espaços sociais e econômicos através do seu trabalho. (COGO, Denise et. al. In: RS Negro: cartografias para a produção do conhecimento. Porto Alegre. Edipucrs, 2008)

Os africanos contribuíram decisivamente para o desenvolvimento populacional e econômico do Brasil, tornando-se parte essencial de seu povo, pois sua presença influenciou no desenvolvimento humano e cultural do país através das técnicas de trabalho, práticas religiosas, alimentação, música e danças.

Apesar disso, todas as contribuições econômicas e culturais não reverteram em qualidade de vida para o próprio negro, pois a produção econômica era toda exportada e o lucro da comercialização só beneficiava os escravizadores, ou seja, os senhores de escravos. Essas informações se confirmam até hoje, quando constatamos através dos indicadores sociais, que a população pobre negra tem menos anos de estudo que a população pobre branca.

Estima-se que os negros tenham chegado ao Rio Grande do Sul antes mesmo das Charqueadas, em 1680, quando os portugueses e espanhóis começaram a disputar o comércio clandestino de escravos. Em 1822, os escravizados africanos, a maioria oriundos de Angola, chegaram a representar a metade da população gaúcha. Entretanto, essa população foi reduzida consideravelmente devido ao tráfico interno, que ocasionou a transferência de escravos para os estados cafeeiros; e as mortes por ocasião da Guerra dos Farrapos (1835 - 1845) e da Guerra do Paraguai (1854 - 1870).

No RS a libertação de escravos ocorreu a partir de 1884, pois a sua posição geográfica acabou sofrendo influência das disposições legais abolicionistas do Uruguai, que foram promulgadas em 1842 e 1846. Além desses fatores, segundo Francine Joseph (2010), “ocorreu no atual Rio Grande do Sul, um amplo processo de concessão de alforrias, mas sempre acompanhadas de cláusulas de pagamento ou prestação de serviço por parte do escravo”.

Os escravos obtinham liberdades condicionadas e essas alforrias eram utilizadas pelos senhores como uma forma de não pagar impostos sobre eles e continuar usando seus serviços. Um exemplo de liberdade condicionada é a carta escrita pela filha e herdeira do João Antônio Martins, proprietário da Estância

denominada “Lata”, chamada Maria das Dores Martins, na qual condiciona a liberdade de sua escrava africana Rufina à sua morte, ou seja, a escrava deveria prestar serviço escravo até a morte de sua “dona”. Essas cartas de alforria encontram-se no Arquivo Público do Rio Grande do Sul às quais não tive acesso, mas encontrei referência a elas na dissertação de Francine Joseph. Pelo pouco número de registros históricos, esta pesquisa foi baseada nos relatos das pessoas que vivem na comunidade, pois conforme Léo Laps (2003), “A história dos negros na região Sul costumava ser abordada como inexpressiva, quase ausente”.

5 HISTÓRICO DA COMUNIDADE

5.1 Formação da Vila da Lata

A Vila da Lata pertence ao município de Aceguá, que até 1996, fez parte do município de Bagé, tendo-se emancipado em 16 de abril de 1996, porém sua estrutura administrativa começou a funcionar de fato somente em janeiro de 2001. Vila da lata situa-se a 30 km da sede de Aceguá, seguindo pelo Corredor Internacional, estrada construída pelos governos brasileiro e uruguaio, determinante político-jurídico entre os dois países.

Figura 1 – Rua onde se localiza a Vila da Lata



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

Como a comunidade pesquisada encontra-se em local de fronteira, a formação e história da comunidade quilombola Vila da Lata, está diretamente ligada com a história do Uruguai. Segundo relato de moradores, eles compraram os terrenos de um negro uruguaio que tinha posse daquela área. Os moradores contam que existia um registro de loteamento em nome de Eustáquio da Costa Fernandes e que ele fornecia escrituras dos lotes e uma certidão de garantia para os negros. Porém dizem que um dia chegaram quatro homens na comunidade solicitando o recibo dos lotes para regularizar a situação das famílias junto à prefeitura, entretanto

eles nunca mais voltaram, deixando os moradores sem documentação nenhuma da terra. Isso comprova a situação de vulnerabilidade vivenciada pelas famílias.

Devido à formação do quilombo Vila da Lata não se dar pela fuga de escravos, diferente de muitos outros do país, é preciso conhecer as definições dadas ao termo ao longo dos anos. No século XX o termo quilombo deixou de ser associado apenas ao fenômeno da escravidão e ganhou uma significação sociocultural através dos tempos. Além do conceito, a economia, a política e a cultura em relação a organização social desses atores, foram repensados e reconstruídos. Essa mudança ocorreu em decorrência da necessidade de expansão do atendimento de disposições legais apontadas na Constituição Federal de 1998. Após diversas alterações, em 2003, o termo quilombo foi definido pelo Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, como “grupos étnico-raciais segundo critério de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestrabilidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Assim posto, o conceito de quilombo passa a dar conta, semanticamente, das especificidades históricas e culturais de comunidades negras que habitam terras com registros de ex-quilombos, ou que tenham trajetória histórica própria, desde que se reconheçam como quilombolas. (DOULA e SANTOS, 2008)

Nesta definição enquadra-se a comunidade quilombola Vila da Lata, que se auto-reconheceu e, desde 2009, possui a sua certificação quilombola emitida pela Fundação Palmares, porém não detém o título da terra. Com a Constituição de 1988 foi dado um grande passo rumo ao reconhecimento desses povos através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ele diz que: "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Neste momento o governo reconheceu o serviço prestado pelos negros ao país e decidiu reparar os séculos de escravidão, desigualdade e injustiças pelos quais passaram. Porém esse processo de regularização das áreas leva bastante tempo. A comunidade pesquisada já deu abertura no processo junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) desde 2009, no entanto ainda aguarda a visita de pesquisadores para dar andamento no processo. Neste ponto

começa o primeiro entrave para que estas famílias acessem outras políticas públicas.

Ilka Leite aponta que a regularização fundiária "não é, por si só, suficiente como um ato de reconhecimento e ampliação dos direitos dos remanescentes dos quilombolas, embora seja crucial para a continuidade e permanência dos herdeiros nas terras." Para ela, é necessário oferecer educação, saúde, sustentabilidade, saneamento básico, e elevação das condições de vida desses povos.

As casas dessa comunidade até o ano de 2013 eram feitas basicamente de barro e capim santa fé como mostra a foto a seguir. As famílias reclamavam muito do frio que passavam devido às condições precárias das moradias.

Figura 2 – Uma das casas da comunidade



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

No ano de 2013, com o auxílio da Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado (SDR) e a Entidade de Extensão Rural Emater/RS-Ascar, que buscaram diversos parceiros para regularização da situação documental das famílias como CPF, identidade e certidões; acessaram o programa "Minha Casa, Minha Vida" do Governo Federal. Ao todo 13 famílias foram beneficiadas pelo programa e puderam construir a tão sonhada casa, que mobiliaram através do Programa Minha Casa Melhor.

Figura 3 – Casa construída através do Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

A comunidade sofre bastante com a falta de água, pois existe um poço artesiano que está condenado por apresentar alto teor de flúor, o que prejudica a saúde das pessoas. Para resolver o problema existe uma cisterna na área da antiga escola que é abastecido com água potável pela prefeitura, lugar de onde as famílias retiram água para beber e fazer comida. Porém muitas vezes essa água não é suficiente e os mesmos acabam utilizando a água do poço interdito.

As famílias sobrevivem basicamente de aposentadoria e serviços prestados nas estâncias vizinhas como domador, cozinheiro, tratorista, etc. Devido ao fato dos terrenos serem pequenos, não conseguem plantar ou criar animais de grande porte. Então muitas famílias cultivam horta e pequenas criações para a sua subsistência. Uma delas inclusive troca as verduras excedentes da sua horta por carne nas estâncias vizinhas.

Um aspecto que chama muito a atenção é que, segundo eles, comem carne de gado duas ou três vezes no ano. Isso talvez não seria relevante se não estivéssemos falando de pessoas que contribuíram enormemente com o desenvolvimento da região, e ainda contribuem auxiliando em grandes abates de

gado e comem o ano todo carne de frango porque é a mais barata. Ouvi inclusive o relato de uma senhora que está anêmica porque não sente vontade de comer.

Com relação ao transporte, não existe na comunidade. Cada família paga R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para ir uma vez por mês na cidade receber e fazer as compras do mês. Por esse motivo algumas pessoas demoram meses para ir à cidade. E uma vez por mês recebem atendimento médico, que é quando o ônibus da saúde vai até a comunidade.

Quanto ao acesso à informação, as famílias possuem contato através do rádio e da televisão. Possuem também dificuldade na comunicação, pois não existe sinal de telefone na comunidade.

5.2 Realidade educacional vivenciada na Vila da Lata

Na comunidade em estudo havia uma escola chamada Princesa Isabel, que foi desativada por vontade do poder público municipal. Ela atendia a todas as crianças da comunidade, inclusive empregava uma moradora. Atualmente eles se obrigam a estudar e trabalhar na cidade.

Figura 4 – Escola Princesa Isabel, que foi desativada



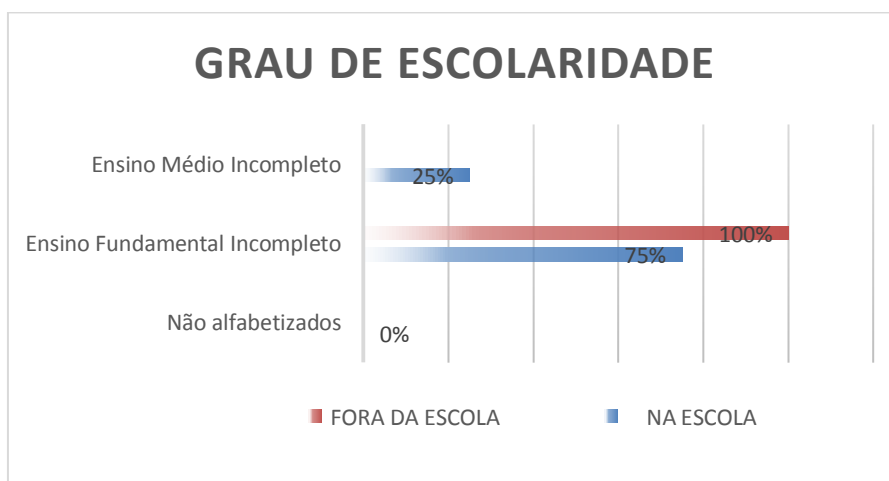
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

A escola é considerada o *locus* privilegiado para a educação em direitos humanos, porque nela se dá a formação por meio da transmissão cultural. Nesse sentido, valores e hábitos se perpetuam extrapolando o ambiente escolar e influenciando a convivência social, no sentido mais amplo. (GARCIA, 2007. P. 45)

Este fato, sem dúvida, contribuiu para que muitas crianças e jovens deixassem de estudar. Conforme MIRANDA (2012), a educação escolar destinada à população remanescente de quilombos encontra-se em situação adversa, marcada pela inexistência de escolas localizadas nas comunidades ou pelo funcionamento precário das escolas existente.

É o que nos aponta o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Grau de escolaridade dos jovens da comunidade



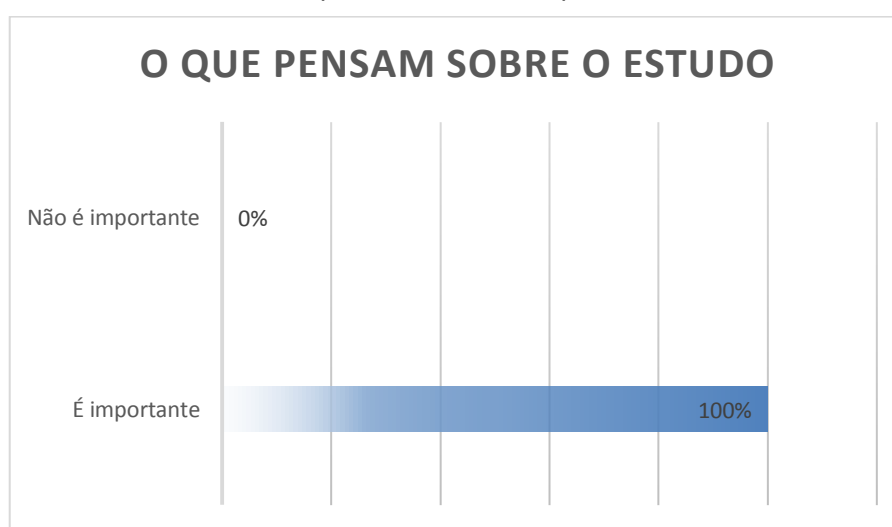
Conforme nos mostra o gráfico, todos os jovens que estão fora da escola pararam de estudar sem se quer concluir o ensino fundamental. Ao conversar com eles, muitos diziam que pararam de estudar justamente quando a escola foi fechada. O que nos leva a pensar que se houvesse uma escola funcionando na comunidade até hoje, talvez o nível de escolaridade dos jovens seria mais elevado e quem sabe até os adultos, com a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), teriam a possibilidade de voltar a estudar.

Durante as entrevistas e conversa com as famílias constatou-se que quase a totalidade dos moradores gostaria que houvesse uma escola em funcionamento na comunidade, atendendo os jovens e as crianças. Uma das justificativas que deram

foi a de que poderiam ter contato com os professores e acompanhar melhor o desempenho escolar de seus filhos, alegando que só se comunicam com os professores através de bilhetes, que muitas vezes não chegam ao destino. A partir destes relatos, pode-se concluir que apesar da pouca escolaridade dos pais, eles reconhecem a importância do estudo para seus filhos.

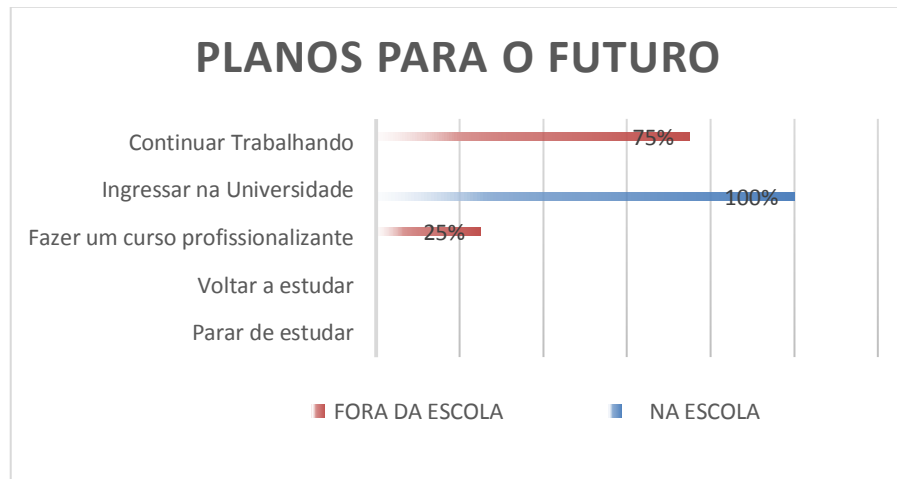
Outro dado interessante é que quando entrevistados os alunos que estão na escola, perguntando o que pensam sobre o estudo, todos afirmaram ser importante conforme como nos mostra o gráfico.

Gráfico 2 – Importância do estudo para a vida deles



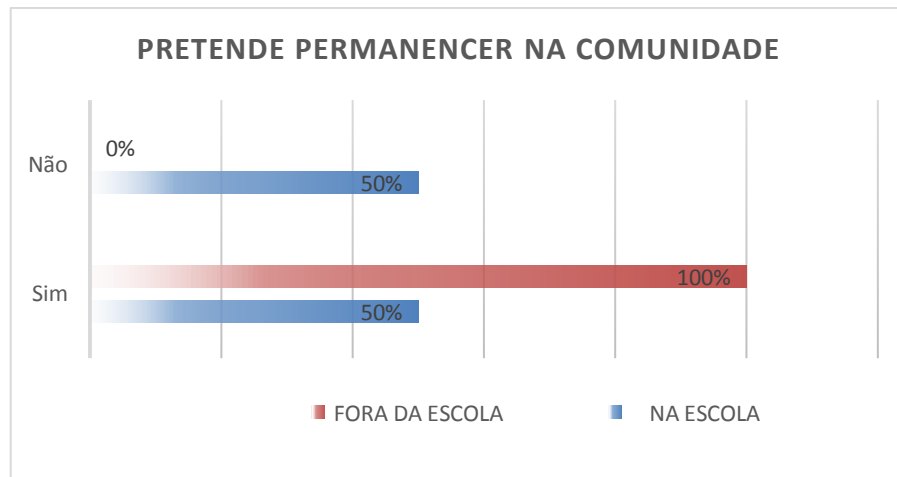
Outra pergunta feita, foi quanto aos planos que os mesmos tinham para o seu futuro. E, como podemos observar no gráfico a seguir, todos os que estão na escola pretendem chegar na Universidade, já os que estão fora da escola pretendem continuar trabalhando e no máximo fazer um curso profissionalizante.

Gráfico 3 – Aspirações para o futuro



Com o gráfico a seguir podemos perceber que os jovens que estão na escola, metade que ir embora da comunidade e metade pretende ficar. Quanto aos que estão fora da escola, todos pretendem continuar vivendo na comunidade.

Gráfico 4 – Intensão de permanecer ou não na comunidade

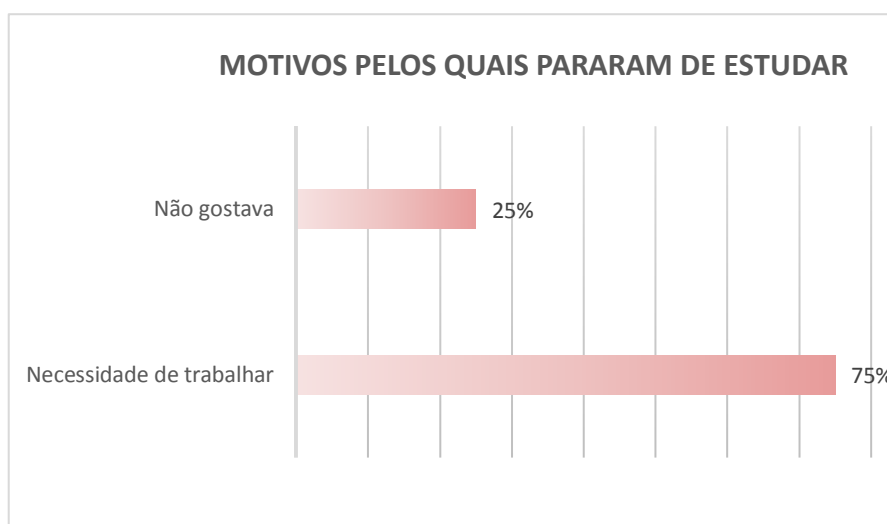


Além inexistência de uma escola na comunidade, existe uma série de outras precariedades mostradas anteriormente que contribuem para uma situação de vulnerabilidade das famílias. Segundo as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, “as formas, os níveis e os resultados desses processos incidem de maneira diferente sobre os diversos sujeitos e interpõem diferentes dificuldades

nas suas trajetórias de vida escolar e social” (Brasil. MEC, 2004, P.15). E esses fatores precisam ser levados em consideração tendo em vista que nem todos partiram do mesmo ponto em suas trajetórias de vida.

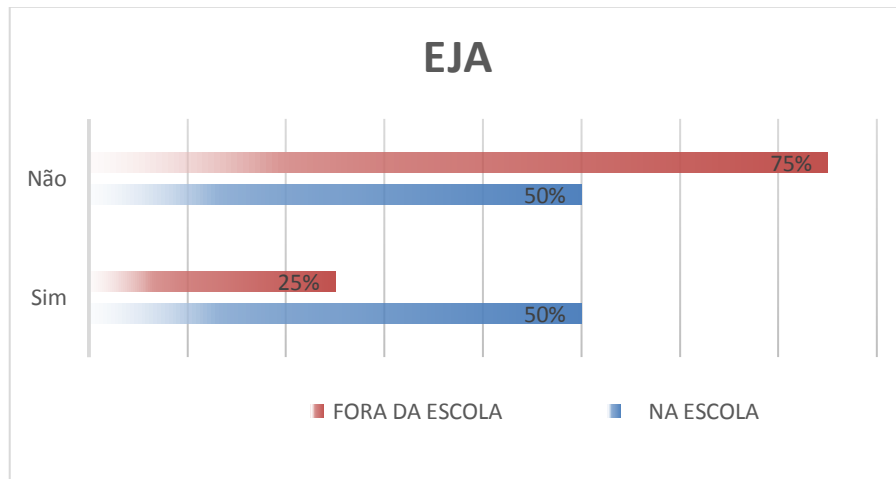
Buscar compreender os motivos que levam muitos jovens abandonar a escola foi aspectos que fomentou esta pesquisa e conforme nos revela o gráfico a maioria foi pela necessidade de trabalhar.

Gráfico 5 – Motivos que levaram os jovens a abandonarem a escola



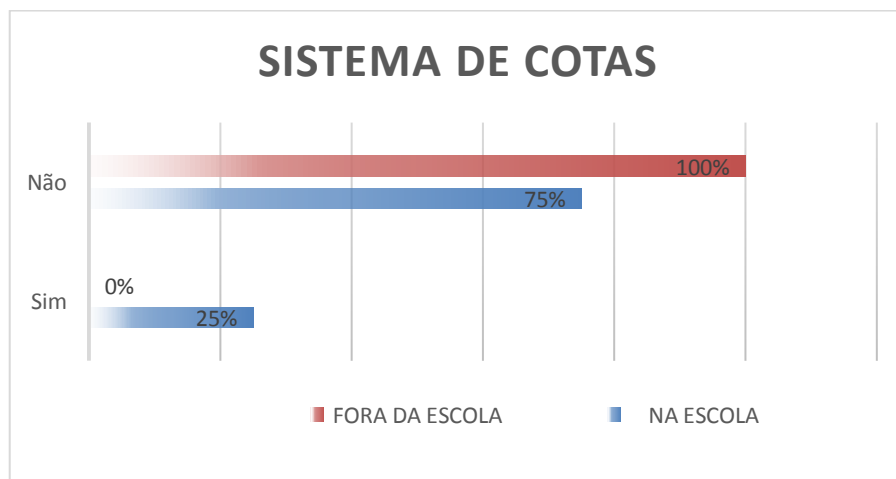
Quando questionados sobre seu conhecimento a respeito do EJA (Educação de jovens e Adultos), o sistema de Cotas e o PROUNI e FIES, recebemos as seguintes respostas:

Gráfico 6 – Conhecimento por parte dos Jovens a respeito da existência da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos)



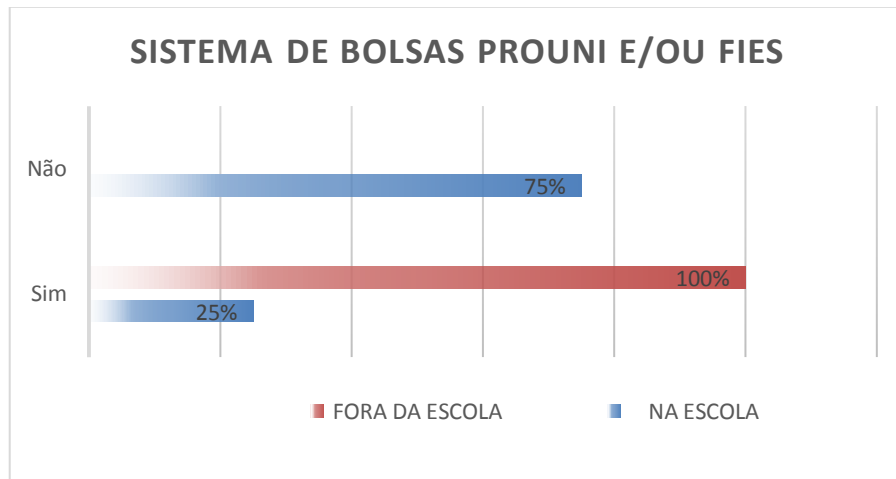
A maioria dos que estão fora da escola não sabe que existe e, dos que estão na escola, metade conhece e metade desconhece a existência dessa modalidade de ensino.

Gráfico 7 – Conhecimento por parte dos Jovens a respeito da existência do Sistema de Cotas



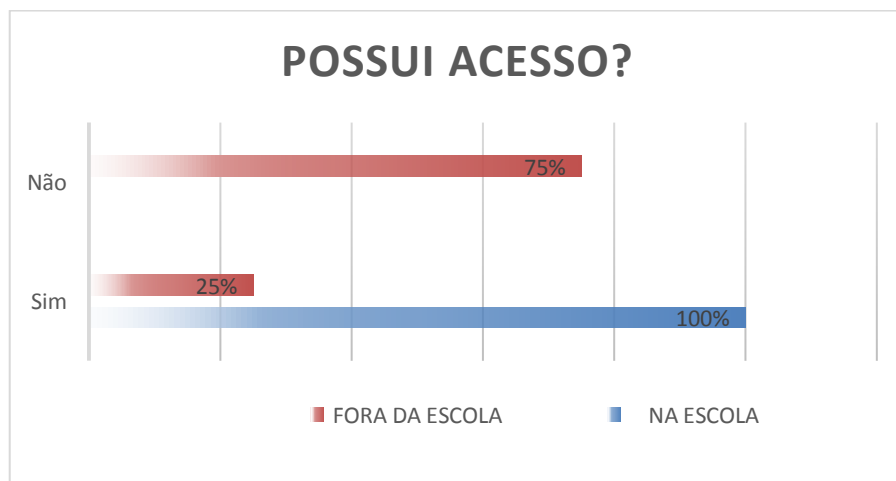
Todos os jovens que estão fora da escola desconhecem a existência de cotas para ingresso em universidades. Já a maioria dos jovens que estão na escola sabem que o mesmo existe.

Gráfico 8 – Conhecimento por parte dos Jovens a respeito da existência do PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Programa de Financiamento Estudantil)



Todos os que estão fora da escola conhecem essas políticas públicas. Já os jovens que estão na escola, a maioria desconhece, porém sonham em chegar na Universidade conforme mostrado em gráfico anterior.

Gráfico 9 –Acesso ao computador



Quanto ao acesso a computador podemos observar que quase todos os que estão fora da escola não tem acesso, enquanto todos os que estão na escola tem e alegam que seria eventualmente.

Os dados apresentados no trabalho servem como instrumentos de reflexão a respeito da realidade vivenciada por essa comunidade. Eles nos levam a inúmeras interpretações e, principalmente, quebram paradigmas, rompendo com discursos do

senso comum que circulam na sociedade e que não condizem com as realidades existentes por aí, em lugares que os olhos da sociedade não vê e nem imagina que existem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de Políticas Públicas Educacionais e ações governamentais, que expressam intenções do Estado em áreas específicas como Educação Básica e o Ensino Superior, através de ações na área social, não garantem o acesso às pessoas que mais necessitam dessas políticas. Na maioria das vezes e, conseqüentemente nas comunidades rurais mais afastadas, as pessoas desconhecem as políticas públicas educacionais, o que impede a promoção de mudanças substanciais de ordem social, cultural e econômica que poderiam alterar a situação de exclusão vivenciada por essas famílias.

Com os resultados obtidos nessa pesquisa podemos concluir que apesar de todos os avanços conquistados e evolução em termos de tecnologia e informação, ainda existe uma parcela da população à margem disso, como a comunidade estudada.

Atentar para essas populações é uma questão de cidadania e de abrir campos para consolidar efetivamente políticas públicas que atuem no sentido de minimizar a pobreza e a exclusão a que foram submetidas ao longo dos séculos.

É de suma importância que o poder público repense as políticas públicas de forma a contemplar as diferenças, levando em consideração os menos favorecidos historicamente. E com isso garanta o acesso dos mesmos a programas que já estão consolidados, mas que ainda hoje não conseguem contemplar, quem de fato e de direito necessita.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Secad/MEC, 2004.

COGO, Denise et. al. In: **RS Negro: cartografias para a produção do conhecimento**. Porto Alegre. Edi PUCRS, 2008)

DOULA, S; SANTOS, A. **Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista**. Revista Extensão Rural, Ano XV, n. 16, 2008.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade Fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005**. Brasília: INEP, 2007.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes. São Paulo, ano XXI, nº 55, p. 30-40, nov2001.

JOSEPH, Francine Pinto da Silva. **Territorialidade e direito étnico na comunidade negra rural Vila da Lata – Aceguá, Fronteira Brasil/Uruguai**. 2010. 119f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Legado do Testamento. A comunidade de Casca em perícia**. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002, pp. 436.

MIRANDA, Shirley. **Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências**. Revista Brasileira de Educação, V17, n.50, 2012.

RUBERT, Rosane A. **Comunidades negras rurais no RS: um levantamento sócio antropológico preliminar**. Porto Alegre: RS Rural; Brasília: IICA, 2005.

Revista HISTEDBR On-line. Campinas, número especial, p. 65-82. Ago. 2010 – ISSN: 1676-2584

SANTOS Jr, Orlando Alves [et al.]. (organizadores) **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

SAVIANI, Demerval, ET AL. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

<http://www.anovademocracia.com.br/no-10/1131-a-historia-oculta-dos-quilombos-do-sul-do-brasil>. Acessado em: 06/08/2014

<http://www.nuer.ufsc.br/osquilombosnobrasilquestoesconceituais.html> Acessado em: 07/08/2014

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm Acessado em: 9/08/2014



<http://www.nuer.ufsc.br/osquilombosnobrasilquestoesconceituais.html> Acessado em: 07/08/2014

http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/186905 Acessado em: 10/12/2015

<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/rsnegro/revista.pdf> Acessado em 18/12/2014

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário aplicado com as famílias em geral.

	
<p>Aceguá/RS 2014</p>	
<p>Comunidade: <u>Vila da Lata</u></p>	
<p>Data da Visita: ____/____/2014</p>	
<p>QUESTIONÁRIO</p>	

1. Dados da Família

<p>Nome do Responsável pela família:</p>	
<p>Estado civil: () solteiro(a) () casado(a) () viúvo(a) () divorciado(a) () união estável</p>	

2. Composição da Família:

Nome	Sexo		Parentesco	Idade (anos)	Escolaridade*	Estudando		Documentos que necessitam**	Observações
	M	F				Sim	Não		
	M	F							
	M	F							
	M	F							
	M	F							
	M	F							
	M	F							

*. **ESCOLARIDADE:** não alfabetizado / 1ª; 2ª; 3ª; 4ª; 5ª; 6ª; 7ª; 8ª; 9ª série / Ensino médio incompleto / Ensino médio completo / Ensino superior completo / Ensino superior incompleto.

***. **Documentos que necessitam:** 1-Certidão de nascimento/2-Cédula de Identidade/ 3-CPF/ 4-Carteira de Trabalho/ 5-Título de Eleitor/ 6- Titulação Terra

4. MORADIA

Obs.: _____

Moradia (m ²):	Tipo: Alvenaria () Madeira() Misto ()Barro () Outros ().....	Nº de cômodos:
Estado da moradia: Precário () Regular () Bom ()		
Banheiro: Dentro da moradia () Fora da moradia ()Não Tem ()		
Estado do banheiro: Precário() Regular() Bom()		

5. BENS DE CONSUMO

5.1. Quais desses bens de consumo possui?

Automóvel() Moto() Televisão() Rádio()Geladeira() Fogão a gás() Fogão a lenha() Microondas() Parabólica() Dvd() Computador() Celular() Máquina de Lavar() Freezer()

6. ACESSO A CIDADE

6.1. Qual a distância até a sede da cidade? _____ km

6.2. Que tipo de transporte utilizam?

6.3. Qual o custo desse transporte?

6.4. Com que frequência costuma ir até a cidade?

6.5. Por que motivo vai até a cidade?

7. SAÚDE

7.1. Possui atendimento de saúde em sua comunidade? () sim () não

7.2. Com que frequência?

7.3. Quais os principais problemas de saúde da família?

8. ALIMENTAÇÃO DA FAMÍLIA

8.1. Que alimentos a família consome?

9. RELIGIÃO

9.1. Qual a sua religião?

9.2. Qual era a religião de seus pais?

10. HÁBITOS E COSTUMES

10.1. Utiliza plantas bioativas? () sim () Não

10.2. De que forma?

10.3. Aprendeu com quem?

11. EDUCAÇÃO

11.1. Acha importante a educação?

11.2. Onde os filhos estudam?

11.3. Existe escola na comunidade? () sim () não

11.4. Gostaria que houvesse uma escola na comunidade? Que benefícios traria?

12. ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS**Acesso a Políticas Públicas e Direitos Sociais que tem/teve**

() Bolsa Família
() Luz para Todos
() Bolsa Escola
() Minha Casa Minha Vida
() PNAE – Prog. Nacional de Alimentação do Escolar
() Bolsa verde
() PETI – Prog. de Erradicação do Trabalho Infantil
() BPC – Benefício de Prestação Continuada
() Projovem
() Pronatec
() Auxílio Doença
() Auxílio Maternidade
() Taxa Básica Luz

Anexo 2 – Questionário aplicado com jovens na escola e fora da escola.



POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS



Universo da Pesquisa: Indivíduos fora da escola

Nome do entrevistado: _____ Idade: _____

- 1) Em qual série parou de estudar? _____
- 2) Por que saiu da escola?
 - a. necessidade de trabalhar
 - b. não gostava
- 3) Com relação aos estudos, qual os seus planos para o futuro?
 - a. Voltar a estudar
 - b. Fazer um curso profissionalizante
 - c. Continuar trabalhando
 - d. Outro
- 4) Quais os seus anseios para o futuro?
 - a. Permanecer na comunidade
 - b. Ir embora para a cidade
 - c. Outro
- 5) Políticas Públicas Educacionais:
 - a) Sabe que existe o EJA? Sim Não
 - b) Sabe que existe cotas? Sim Não
 - c) Sabe que existe bolsas como PROUNI e FIES? Sim Não
- 6) Tem acesso a informação através de...
 - Jornal
 - Revista
 - Televisão
 - Rádio
- 7) Acesso à computador...
 - a) Tem acesso? Sim Não
 - b) Onde?
 - em casa na escola outro
 - c) Com que frequência?
 - Diariamente Semanalmente Eventualmente Nunca
 - d) Sabe utilizar? Sim Não



POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS



Universo da Pesquisa: Indivíduos na Escola

Nome do entrevistado: _____ Idade: _____

Onde estuda: _____

- 1) Qual a sua escolaridade?
 - a. cursando Ensino Fundamental
 - b. Cursando Ensino Médio

- 2) O que pensam sobre o estudo?
 - c. é importante
 - d. não é importante

- 3) Qual os seus anseios para o futuro?
 - e. Parar de estudar
 - f. Concluir o Ensino Fundamental e arranjar um emprego
 - g. Concluir o Ensino Fundamental e Ensino Médio e arranjar um emprego
 - h. Concluir o Ensino Médio e Ingressar na Universidade
 - i. Fazer um curso profissionalizante
 - j. Outro

- 4) Políticas Públicas Educacionais:
 - d) Sabe que existe cotas? Sim Não
 - e) Sabe que existe bolsas como PROUNI e FIES? Sim Não

- 5) Tem acesso a informação através de...
 - Jornal
 - Revista
 - Televisão
 - Rádio

- 6) Acesso à computador...
 - e) Tem acesso? Sim Não

 - f) Onde?
 - em casa na escola outro

 - g) Com que frequência?
 - Diariamente Semanalmente Eventualmente Nunca

 - h) Sabe utilizar? Sim Não

Anexo 3 – Termo De Consentimento Livre E Esclarecido Dos Entrevistados.